



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Segundo uma reportagem, “a sociedade Renovação Urbana adianta que os moradores dos sete conjuntos de edifícios do Iao Hon são, na sua maioria, arrendatários, pois menos de 30% dos proprietários lá vivem, e que existem algumas fracções desocupadas ^[1]”.

Os dados revelados pela referida reportagem são basicamente idênticos em comparação com o resultado que obtivemos através das observações e visitas domiciliárias periódicas ao Iao Hon e demais bairros antigos. Ou seja, aqueles que moram nos bairros antigos são, na sua maioria, arrendatários da camada de base. Contudo, detectámos um problema maior que é a eventualidade de a concretização da renovação urbana fazer surgir diversos novos problemas sociais. Por exemplo, como aqueles arrendatários da camada de base têm limitadas condições de vida e de capacidade económica, só os bairros antigos, tais como o Iao Hon e o da Areia Preta, é que são adequados para eles em termos da capacidade económica e do custo de vida, sobretudo, neste caso, as rendas e a alimentação, que são factores em destaque. Caso seja levada a cabo a renovação daquela zona, nem sempre terão condições para se mudarem para as habitações destinadas a alojamento temporário. Mesmo que eles tenham condições para lá viver, os mesmos, que não são proprietários, poderão enfrentar uma situação em que, uma vez concluída a renovação, o proprietário aumenta as rendas ou retoma a fracção para viver. Por outras palavras, se tal cenário vier a acontecer, como é que se garante uma solução para o problema de habitação dos residentes da camada de base em causa? Na eventualidade de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

haver menos fracções para arrendar com preço reduzido, a elevada pressão de vida que neles recai vai ainda agravar-se? Estes residentes da camada de base pediram-me para perguntar ao Governo o seguinte: qual é o destino a dar em relação aos residentes da camada de base que têm vivido nas fracções arrendadas com rendas baixas? Haverá algumas políticas prospectivas que visem apoiá-los, a fim de evitar o caos de haver quem não tenha para onde ir viver depois da renovação urbana?

Outro exemplo: conforme o resultado da nossa investigação, de entre os proprietários que lá vivem, alguns são idosos com idade avançada. De entre os entrevistados nas visitas domiciliárias, uma idosa com 95 anos de idade vive sozinha e não pediu ao Governo nenhuma habitação, aliás, com os seus esforços e o dinheiro que ganhou arduamente, comprou, há anos, uma fracção num prédio do Bairro Iao Hon, que não está equipado com elevadores e cujas condições higiénicas estão péssimas. Devido à impossibilidade física de suportar frequentemente os sofrimentos que a subida e a descida da escada lhe causam, é necessária a ajuda dos amigos e familiares que, com um intervalo de alguns dias, levam o lixo para fora, sob pena da proliferação de mosquitos, bichos e ratos. Os idosos em situações semelhantes, tendo em conta a sua capacidade económica, não vão conseguir, de maneira alguma, comprar uma nova propriedade e mudar-se para um ambiente agradável de vida. Mais, ao abrigo da legislação vigente, eles também não reúnem requisitos para se candidatarem a habitação quer social quer económica, portanto, sob a vigente legislação e as actuais políticas do Governo, eles só podem, silenciosamente, aguentar essa realidade, isto é, a vivência nos bairros antigos com um ambiente pior do que o da habitação social, uma situação lamentável. Com efeito, não conseguem ter uma participação nos frutos resultantes do desenvolvimento económico. Coloca-se então a seguinte questão ao Governo: já que o Governo, através de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

estudos e investigação, dominou os dados relativos aos moradores dos supracitados conjuntos de edifícios, então, deve, com base nesses dados, adoptar uma solução específica para este caso em concreto, no sentido de prestar, de imediato, apoio aos proprietários com idade avançada, proporcionando-lhes, quanto antes, uma habitação social equipada com elevadores e permitindo-lhes uma velhice sossegada, enquanto forma de retribuir o seu contributo, ao longo da maior parte da vida, para o desenvolvimento social e económico de Macau. Vai fazê-lo?

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Nos últimos anos, a nossa equipa tem efectuado visitas aos bairros antigos, tais como o lao Hon, bem como visitas domiciliárias, e o resultado que obtivemos é basicamente idêntico aos dados da referida investigação, isto é, os moradores dos bairros antigos, na sua maioria, são arrendatários da camada de base. Caso seja levada a cabo a renovação daquela zona, eles nem sempre terão condições para se mudarem para as habitações destinadas a alojamento temporário. Mesmo que eles tenham condições para lá viver, os mesmos, que não são proprietários, poderão enfrentar uma situação em que, uma vez concluída a renovação, o proprietário aumenta as rendas ou retoma a fracção para viver. Por outras palavras, se tal cenário vier a acontecer, como é que se garante uma solução para o problema de habitação dos residentes da camada de base em causa? Na eventualidade de haver menos fracções para arrendar com preço reduzido, a elevada pressão de vida que neles recai vai ainda agravar-se? Estes residentes da camada de base pediram-me para perguntar ao Governo o seguinte: qual é o destino a dar em relação aos residentes da camada de base que têm vivido nas fracções arrendadas com rendas baixas? Haverá algumas políticas prospectivas que visem apoiá-los, a fim de evitar o caos de haver



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

quem não tenha para onde ir viver depois da renovação urbana?

2. Segundo as nossas investigações, alguns dos moradores proprietários são idosos com idade avançada. Estes, sob a vigente legislação e as actuais políticas do Governo, só podem, silenciosamente, aguentar essa realidade, isto é, a vivência nos bairros antigos com um ambiente pior do que o da habitação social, uma situação lamentável. Com efeito, não conseguem ter uma participação nos frutos resultantes do desenvolvimento económico. Coloca-se então a seguinte questão à Administração: já que o Governo, através de estudos e investigação, já dominou os dados relativos aos moradores dos supracitados conjuntos de edifícios, então, deve, com base nesses dados, adoptar uma solução específica para este caso em concreto, no sentido de prestar, de imediato, apoio aos proprietários com idade avançada, proporcionando-lhes, quanto antes, uma habitação social equipada com elevadores e permitindo-lhes uma velhice sossegada, enquanto forma de retribuir o seu contributo, ao longo da maior parte da vida, para o desenvolvimento social e económico de Macau. Vai fazê-lo? O que a Administração tem a dizer quanto a isto?

3 de Novembro de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Mak Soi Kun**



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Referência:

1. Macau Renovação Urbana S.A.: Menos de 30% dos proprietários vivem nos sete conjuntos de edifícios do Iao Hon. Rádio Macau, 2020-9-21.